

NOVAS ESTRATÉGIAS DE COMBATE À SECA E À FOME NO CEARÁ: A CONSTRUÇÃO DE UM PODER

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará
Coordenador do PRODEMA (Prog. Regional de Pós Graduação em Desenv. e Meio Ambiente)
joselevi@uol.com.br

RESUMO

As novas estratégias de combate à seca e à fome no Ceará fazem parte das políticas neoliberais recomendadas pelos organismos internacionais, que orientam no sentido de que os recursos sejam explorados pelo mercados. Tais recursos podem ser os naturais não incorporados, culturais e humanos.

O Estado do Ceará deve se inserir no mundo moderno com nova linguagem, onde o subsolo, as argilas, o sol, o vento, o turismo devem ser mercantilizados, gerando negócios, ampliando as potencialidades de mercado local. Para que isto aconteça, a elite dominante procura acabar, sucumbir das mentes o discurso da seca e da fome, dando destaque às potencialidades do Estado. O semi-árido passa a ser fonte para negócios.

A reestruturação produtiva, a racionalidade administrativa, a redução dos gastos públicos e a desestatização contribuíram para aumentar as desigualdades sociais e econômicas no Estado.

Palavras chave: fome, reestruturação produtiva, seca.

ABSTRACT

The new strategies to the drought and the hunger in State of Ceará; They are part of the neoliberal politics recommended by the international organisms that guide in the sense that the existent resources are explored by the markets. Such resources cannot be the natural ones incorporate, cultural and humans.

The State of Ceará should insert if in the modern world with new language, where the underground, the clay, the wind, the tourism should be commercialized, generating businesses, enlarging the potentialities of local market. For this the dominant elite happens it tries to end, to succumb or the minds the speech of the drought and of the hunger, giving prominence the potentialities of the State. The semi-arid becomes source for businesses.

The productive restructuring, administrative rationality, the reduction of the public expenses and the sale of the state owned interprise had contributed to increase the social and economical inequalities in the State.

Key words: hunger, productive restructuration, drought

Introdução

A construção de um novo poder no Ceará envolve relações complexas e contraditórias, em virtude da conjuntura local, nacional e internacional. A fase a ser analisada neste capítulo situa-se no espaço-tempo entre 1986 e 1997, quando o Ceará começa a se afirmar com a reestruturação do capitalismo que impõe mudanças nas estruturas “arcaicas”, objetivando manter o processo de acumulação, conforme os novos padrões recomendados pelos organismos internacionais.

Tal como o mundo, a realidade empírica do Estado do Ceará é trágica no que concerne à situação social. A fome existente no espaço mundializado pelo mercado e pela política levou milhões de indivíduos à miséria. O Ceará faz parte deste contexto, convivendo com mudanças técnico-científicas e com uma organização econômico-administrativa que tem combinado o atraso e os avanços de produção comandados pelo capital internacional e local.

Diante da globalização produtiva, financeira e de mercado, esse Estado vem passando por mudanças que mantêm a concentração do capital e renda e aumentam o desemprego e a miséria social, tanto no espaço rural quanto na cidade.

Por isso, a reestruturação do Ceará exige novo modelo de gestão correspondente aos anseios do capital financeiro, da globalização, da revolução informacional, seguindo as recomendações das organiza-

ções mundiais. Na opinião de Edson Vaz Musa, presidente da Rhodia e Poulanc, *o Ceará precisa participar de um movimento mundial emergente, o de ver a uma revolução - a revolução da gestão* (MUSA, 1994:7).

O território cearense, a partir de 1986, passa a ser reconstruído de acordo com orientação política e ética do neoliberalismo, cujo vetor principal é o mercado globalizado e articulado, que destituiu os espaços nacionais e locais de fronteiras rígidas. Esse desenvolvimento tecnológico e científico experimentado pelo mundo, após os anos 70, traz mudanças profundas no espaço econômico-sócio-político, às quais o Ceará não pode ficar alheio e seus recursos serão utilizados dentro de novas perspectivas de mercado.

O momento histórico da sociedade cearense é um paradoxo a ser enfrentado, pois, como pode o Estado, sempre tido como pobre e miserável, romper com essa imagem de miséria e fome, do *Ceará que possui mão-de-obra desqualificada, deficiente, secas periódicas, escassez de capital, na realidade não tem saída, está predestinado a ser pobre, faminto e viver de emergências federais*? (REBOUÇAS, et alii, 1994:11).

A imagem produzida, historicamente, e absorvida pela população de que o Estado é pobre, seco e faminto, passa a ser questionada por uma elite de jovens empresários no final da década de 70, mais precisamente em 1977, quando se começa a idealizar um Estado diferente, segundo os padrões recomendados internacionalmente.

Para acabar com o Estado seco e faminto, era preciso romper com os “coronéis”, ou destruí-los, por serem eles considerados responsáveis pelo atraso social do Estado, e lutar por espaços políticos. A primeira atitude dessa emergente(1) fração empresarial cearense foi assumir a direção do Centro Industrial do Ceará (CIC), com o apoio da Federação das Indústrias do Ceará (FIEC). Após galgar o espaço político entre seus pares, partem para outras instâncias de poder, ou seja, o Legislativo e o Executivo. O objetivo inicial era retirar do poder político o “famigerado coronelismo” e pôr em prática um processo de administração pública no Ceará capaz de desenvolver uma nova mentalidade, reconstruindo a economia, pois o Ceará está pobre e faminto, mas essencialmente não o é.

A imagem que o grupo emergente transmite à sociedade cearense é de preocupação com o social, com a pobreza, a fome e a natureza.

Como ser bem-sucedido na vida empresarial vendo ao lado situações inaceitáveis de miséria, pobreza, autoritarismo, clien-telismo e coronelismo? (SILVA, 1994:83). *Numa palavra, o estado de direito é incompatível com o estado de miséria, uma vez que a exigência ética básica é incondicional e abrange todas as dimensões do ser homem* (OLIVEIRA, 1995:13).

É indispensável reformular, conceitualmente, os fatores de produção, trabalho, terra e capital, os quais, mesmo não sendo abundantes, podem viabilizar o desenvolvimento do Estado, mudando o comportamento, a forma de pensar e de produzir uma nova organização da sociedade em seu território.

Para romper com o poder político, enraizado há várias décadas, os dirigentes do Centro Industrial do Ceará procuraram apropriar-se do discurso moderno, global, emergente, trazendo para o debate assessores empresariais, consultores, políticos, mantendo parcerias com as universidades locais. Seminários são realizados, objetivando propiciar aos políticos emergentes condições para romper com a velha prática de gerir o Estado através do paternalismo e clientelismo político. Em 1981, realiza-se importante seminário (“O Nordeste no Brasil: Avaliação e Perspectivas”), que abordou temas, como: agricultura, indústria, política, avaliação das ações do governo, o Nordeste na divisão regional do trabalho e alternativas de desenvolvimento para a região. O grupo provocou o encontro dos governadores eleitos do Nordeste, em 1983, objetivando a coesão de idéias sobre a região (REBOUÇAS et alii, 1994:30).

A experiência política e o conhecimento desse instrumental técnico-científico que o grupo emergente toma para si tem por finalidade fazer crescer a economia cearense e melhorar o desempenho da classe empresarial, principalmente porque essa impulsionará o avanço do capital local rumo à globalização da economia. Para isso, é necessário inicialmente chegar ao poder político, via eleição para o Executivo e o

Legislativo(2). O novo espaço a ser conquistado é muito mais complexo que a luta orgânica dos empresários e a partidária, pois a sociedade é bem mais ampla, e anseia por conhecer os emergentes políticos cearenses.

A conjugação de forças do capital privado e da política no Ceará começa a tomar forma quando a *razão crítica* passa à razão prática (TEIXEIRA, 1995:05), ou seja, os empresários terão de descer do palanque e assumir, na prática, as esferas administrativas do Estado. Neste sentido, aproveitaram o momento. *A conjuntura política de 1986 permitiu derrotar o que estava implantado de política no Estado, ou seja, o coronelismo* (SILVA, 1994:85).

O poder de direção e gerenciamento político do Estado é assumido, sendo necessário, porém, garantir o espaço de mando, construir o poder, pois esse não se consolida apenas com o governo empresário. A conquista do espaço político deve ser obtida utilizando-se o discurso do atraso, da pobreza, da miséria, da fome e da morte; do subdesenvolvimento, da desigualdade regional, do analfabetismo, da saúde e, principalmente, da mortalidade infantil. Usam da linguagem velha para produzir a nova forma de dominação.

No Território cearense, o objetivo maior do grupo é expandir seu poder nos diversos municípios, exigindo mais austeridade das câmaras de vereadores e dos prefeitos, cobrando ética e racionalidade no trato dos recursos públicos.

Essa austeridade tem sentido fundante: moralizar os serviços prestados às comunidades, reduzir a corrupção no Estado, assegurar e estimular novas ações favoráveis ao desenvolvimento econômico e social, eliminando as práticas políticas de um Estado paternalista, que sempre tratou a política como suporte para troca de fidelidade mercantilizada.

Além dos aspectos referidos, a construção do discurso do “Governo das Mudanças” tem como objetivos: a) acabar com a pobreza, a miséria e a fome; b) estimular a renovação política, através de novas lideranças oriundas do meio empresarial e dos profissionais liberais; c) administrar o Estado com base técnico-científica, eliminando o velho favoritismo e impondo uma ética empresarial para gerir o público; e d) reconstruir a economia.

Conforme essa perspectiva, o Ceará é situado no contexto histórico nacional não como um subordinado, um pedinte, mas como integrante do processo de construção nacional, no qual, quando os explorados estão em má situação, o poder de acumular também se retrai (MAMEDE, 1996:68). No entanto, nesse processo, os principais atores políticos na construção das bases do poder econômico cearense, na verdade, foram os coronéis, porquanto são eles que iniciam a implantação da infra-estrutura básica para a economia moderna, responsável pelo suporte ao capital no Estado, mas vão *tornar-se com o tempo um problema para o desenvolvimento do capital* (TEIXEIRA, 1995:11), não só por conta das administrações locais, mas por toda uma política nacional que fortalece o centralismo administrativo e a concentração econômica, ampliando as desigualdades regionais.

A tomada do poder, entretanto, não representa para o grupo emergente uma conquista do Território cearense. Sendo isso verdade, a busca dos empresários torna-se cada vez mais incessante, como afirma Silva:

Eu acredito que o processo político implantado a partir de 1986 tem se encarregado de mudar a mentalidade das pessoas. É um processo demorado, que realmente não é vitorioso sempre, mas pelo menos está plantado e tem sido vendido para todas essas administrações municipais. No aspecto de mentalização de política econômica e de desenvolvimento, nós estamos muito unidos e trabalhando num só sentido (SILVA, 1994: 90).

No novo processo, a linguagem é um recurso, pois o grupo em ascensão usa seus códigos para facilitar a apropriação do território, ao mesmo tempo em que acelera a produção, a circulação e recria as mensagens anunciadas. Com isso, o grupo introduz gradativamente sua forma de controle no interior do território cearense e na capital. Mesmo sendo Fortaleza um espaço de sistemática oposição ao governo do Estado, em 1988, essa elite econômica e política consegue ganhar as eleições, assumindo a

administração estadual e a da Capital. Através de processo eleitoral, o governo da esquerda, que tentava, via cidade de Fortaleza, construir um exemplo de administração popular para o País, não consegue a reeleição, enquanto a experiência é corroída organicamente, principalmente pelas forças políticas da direita.

Para fortalecer os espaços conquistados, entram em ação os meios de comunicação utilizados pelos governos estadual e municipal. É a mídia colaborando na construção da hegemonia(3) política dos emergentes.

A nova linguagem que se expande no território leva a população a um processo de alienação no plano político e econômico. Os espaços de resistência recebem continuamente os estímulos da linguagem globalizada, neoliberalizante, difundida por todo o Território cearense, com velocidades variadas, em virtude das rugosidades políticas que não admitem uma horizontalidade crescente do poder sem pôr em discussão sua efetividade, objetividade e qualidade.

Nesse momento pós-1986/1988, o Estado assume o papel de veiculador, repassador das novas mensagens, transformadas em instrumento de controle do território, cada vez mais apropriado pelo poder privado em parceria com o poder público, como forma de manipular a população, para obter força administrativa e política.

Tal linguagem alarga os espaços de ação da elite, e a velha forma coronelística deve desaparecer do mapa político cearense para entrar um processo de ética política, honestidade, competência, moralidade, participação comunitária e cooperação, conforme os princípios que regem os emergentes: gestão com qualidade.

Para que a gestão da qualidade entrasse em sintonia com a globalização, adotou-se a visão sistêmica, pensando *na idéia de avanço na direção de iniciativas que pudessem associar empresários capazes de propor ao governo saídas para a crise, congregando a totalidade dos agentes sociais* (REBOUÇAS et alii, 1994: 02).

O controle pelo discurso da competência, gestão da qualidade, excelência nos serviços públicos(4), probidade e justiça produz conflitos e interesses. As frações da burguesia cearense, que não admitem o novo, reagem. No entanto, percebe-se que as resistências são menos acentuadas quanto à linguagem utilizada, pois a luta travada localiza-se muito mais no campo político.

Não havendo diferenças significativas no discurso, sente-se que a nova linguagem começa a surtir efeito na maior parte do Território cearense, mostrando que o novo poder começa realmente a ser enraizado, homogeneizado na linguagem, com reflexos na economia, na administração e na política. Esse novo sentido(5) objetiva criar outra identidade para o Ceará, deixando para trás a da catástrofe, da miséria, da fome. A linguagem, os símbolos que estão sucumbindo nesse processo levam juntos a imagem da desgraça, da seca devastadora, da pobreza, da corrupção, da fome, da violência, do analfabetismo e da mortalidade infantil, dando lugar à “ilha da prosperidade”, da “força política”, do “sanear”, da política ambiental, da administração pública “enxuta”, da competência administrativa, da ética, da moral, da “cidade saudável”, da “Fortaleza corpo e alma”, do “avançando nas mudanças”, do “Ceará força de ação” e do “caminho das águas”.

A construção do poder no Ceará envolve prismas de reestruturação capitalista. Um dos fortes elementos da conquista do espaço e do poder é o uso de novas imagens positivas, a construção de ícones, a comunicação plena de uma simbologia que deve adquirir resistência no tempo e no espaço, tal como as imagens anteriores que ainda insistem em permanecer vivas, mesmo que queiram destruí-las (DEBRAY, 1994:17-39).

Na prática cotidiana, observa-se que o espaço cearense está sendo embebido pela administração neoliberal(6), que exige controle salarial, disciplina administrativa, desempenho técnico-científico e eliminação da herança corrupta dos antigos administradores. O Estado assumirá o papel de fortalecedor do capital nos seus diversos setores da economia, especialmente na indústria e no turismo. Esse discurso, porém, encobre a problemática social existente no Ceará, como teremos oportunidade de abordar mais adiante, ao tratarmos das políticas públicas ora implementadas.

Novas Políticas Territoriais para o Ceará

As mudanças nas políticas territoriais estão diretamente relacionadas à conjuntura internacional, que cobra ajustes, controle de gastos e redução do Estado. Arelado a esse processo de globalização da economia com abertura de mercado e ajustes financeiros, houve alterações na legislação interna brasileira que propiciaram descentralização nas transferências de recursos da esfera federal para estados e municípios. A Constituição Federal de 1988 ampliou os repasses da receita para os estados e municípios, até mesmo de encargos. Além desse aspecto, o Estado firmou convênios com o governo federal e reivindicou transferências negociadas e não reguladas.

O início da construção do poder, cujo objetivo dos idealizadores é acabar com os vícios político-administrativos e criar mecanismos de superação da seca, da pobreza, da fome e da miséria no Estado do Ceará, se dará pelo ajuste da Constituição Estadual, das finanças do Estado, moralização administrativa, ajuste fiscal, combate ao clientelismo na máquina administrativa, descentralização orçamentária, interiorização das indústrias, redução da sonegação fiscal, mudanças nas políticas de saúde, de educação, agrícola e agrária.

O espaço político-administrativo não se conquista, contudo, apenas com o discurso, sendo, pois, necessária a materialização das idéias através de políticas territoriais e de tessituras de relações que deverão ocorrer, porque as “mudanças” originadas a partir da tomada do poder ensejam remanejamentos, reordenamento dos limites administrativos no território, além de necessitarem de alterações nas leis para que as novas ordenanças avancem sem muitos obstáculos nas superfícies territoriais, cujos vetores se cruzam e muitas vezes se superpõem. Sem que isto aconteça, torna-se difícil à pretendida reconstrução do Estado atingir seus objetivos.

Políticas de Controle da Máquina Administrativa e a Exclusão

No Ceará, o novo processo político-administrativo busca superar as rugosidades territoriais, estabelecendo a homogeneização. Todavia, enfrenta discussões e conflitos provenientes dos coronéis e da esquerda, que mantêm seus territórios de argumentação e ação, principalmente os coronéis, pois grande parte da máquina administrativa continua sob seu poder, ocupada por funcionários que assumem cargos para cuja nomeação o único critério é o clientelismo, desconsiderando-se valores como a competência técnica e o concurso público. Desse modo, garantia-se o poder, a cada eleição, enquanto os coronéis mantêm o controle da oligarquia e dos partidos mais fortes do Estado.

O Estado do Ceará, após 1986, continuava aparelhado pelos plutocratas, abastados e poderosos, mantenedores de relação muito forte com o Estado, chegando ao ponto de não pagar impostos e obter empréstimos nos bancos públicos para uso particular, além de se beneficiarem com subsídios, incentivos, estímulos. Outra parcela constituída pelas oligarquias é capaz de acionar a mídia e usar do seu poder econômico para garantir os processos eleitorais no Estado, com quem conservam vínculos patrimoniais, numa lógica reproduzida até hoje, tornando difícil estabelecer fronteiras entre o patrimônio público e o privado. Outro grupo que dificulta aos governos emergentes avançarem nas idéias e ações é constituído pelo corporativismo através do qual se garante o poder dentro da máquina estatal.

A esquerda mantém sob seu controle parte dos sindicatos rurais e urbanos e domina a maioria das associações urbanas, principalmente na Capital, onde há uma oposição organizada e confrontadora, formando espaços a serem conquistados no interior da máquina administrativa e externamente. São organizações controladas politicamente pela Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza e pela Jornada de Luta contra a Fome, atualmente, União das Comunidades da Grande Fortaleza. Essas “tessituras” antigas sobrevivem sustentadas e alimentadas tanto pelo discurso da conservação quanto pelo do protesto reivindicatório, pois Fortaleza, maior centro econômico e político do Estado, permaneceu, de 1985 a 1988, sob a Administração Popular, conquistada pelas forças políticas contrárias aos projetos dos partidos majoritários. Essa “Administração Popular”, segundo Chaves, em “Ideologias dominadas: contra-senso ou alternativas históricas à dominação”.

Não representou uma ruptura com as relações dominantes, nem com a estrutura burguesa de poder exercida no âmbito da sociedade de Fortaleza, todavia oferece proposta de ação de governo com diretrizes políticas que intervenham de forma articulada, dentro da dinâmica do espaço social da cidade que preserva o patrimônio histórico e cultural e (...) o ambiental como um problema a ser administrado, que propicie o apoio às lutas por melhores condições de vida e trabalho e por liberdades. (CHAVES, 1989:117-130). Além dos aspectos referentes à participação da população adotaram-se medidas moralizadoras *baseadas na transparência pública, na austeridade, na eficiência, na ética, no bom relacionamento e na descentralização administrativa (órgão, norma, procedimentos e pessoal)*, objetivando ampliar os esforços políticos e oferecer serviços de melhor qualidade à coletividade(7).

As forças políticas agregadas para formar o bloco do poder em construção conseguem expandir o espaço de poder do governo do Estado e começam a adotar políticas moralizadoras e mudancistas, reduzindo o espaço de ações das esquerdas, que naquele momento representavam o maior obstáculo.

Diante da forte pressão, são baixados, inicialmente, quinze decretos com vistas à correção de problemas administrativos (MOTA, 1987:67), entre estes, a redução dos gastos públicos e a eliminação dos vícios administrativos. Tal medida foi adotada como forma de administrar, gerenciar o Estado capitalista segundo a concepção política do Governo Tasso Jereissati:

...o funcionalismo público estadual precisa ser inteiramente reformulado na mesma idéia em que se precisa reformular a administração pública (...); a eficiência do funcionalismo público tem que ser medida, e aí, nessa maneira, a visão coincide muito com visão da empresa particular por causa do desempenho. Não vamos mais admitir acumulação de cargos: pessoas com sete ou oito empregos e nenhum trabalho. Nós não vamos admitir pessoas ganhando do Estado sem nada fazer (TASSO, Conferência, 1986).

Nesse discurso anunciam-se as práticas públicas a serem postas em ação.

O Ceará passa a ser administrado obedecendo a uma teia de microsistemas que compõem o todo organizado, formando uma rede distribuída no território cearense.

Esta nova cultura busca realimentar todo o sistema capitalista, iniciando um reordenamento da gestão pública capaz de construir e sedimentar novas relações com a Federação e a região Nordeste.

A primeira atitude da nova gestão é o ajuste fiscal e a reforma do sistema de administração, mudando os métodos, os conceitos e o ambiente.

Reduzir pessoal e gastos faz parte da reforma administrativa com qualidade que começa a ser aplicada no Território cearense: o passo inicial é mostrar que o governo é forte e age com ética; segundo, que ele deve controlar o dinheiro, os gastos sociais, para poder investir ou proporcionar investimentos em setores competitivos.

No subsistema local, o mundo sistêmico é reproduzido. No caso do Ceará tem havido articulação crescente, envolvendo empresas transnacionais, organizações não governamentais, regiões, estados e governo federal. O processo sistêmico, porém, não está associado apenas à reestruturação do trabalho e do capital, envolve todos os aspectos da vida humana: política, cultura e religião. Conforme podemos constatar no âmbito local, as articulações estão avançando aceleradamente, fundando as bases e transformando o povo em meros espectadores, ouvintes. Não afirmamos que essa construção sistêmica seja monolítica, ela possui diversidades, desigualdades, acirrando lutas, produzindo a fragmentação e ampliando a massa de desempregados que conseqüentemente entram para o rol dos que necessitam de alimentos. O próprio Estado do Ceará, ao regular a máquina administrativa, reduzindo funcionários e ampliando sua base técnico-científica, transformou muitos em desempregados, excluídos, enquanto uma parcela destes entrou para o setor produtivo, comercial e informal, fortalecendo o elo comercial do sistema.

O projeto, no entanto, determina a austeridade no serviço público e a parceria com o setor privado, objetivando privatizar empresas e terceirizar os serviços, para dar qualidade administrativa.

As Políticas de Controle da Natureza

Nesta parte do trabalho, mostraremos a forma com que os políticos “emergentes” estão atuando para vencer a ditadura da seca e colocar à disposição da população cearense a democracia das águas.

A rebelde natureza, característica das terras cearenses, deve ser reestudada, porque o Estado não consegue mudar sua “feição”, sem transformar a natureza, aprimorá-la, enaltecê-la. O território não pode ser só seca - “estação do inferno” - é necessário produzir o novo e a mecanização do lado alegre, saudável, bonito da natureza no Ceará.

O território cearense, inserido no contexto físico do semi-árido nordestino, apresenta uma série de condições naturais que, se exploradas adequadamente, poderão proporcionar resultados positivos dentro da política de convivência com o fenômeno das secas. O primeiro passo é compreender sua natureza, identificar com clareza os diversos elementos que interferem nesta área do planeta, de modo que possa estabelecer soluções mais permanentes (MACEDO, 1996:17).

Essa visão política que percebe a natureza no Ceará como um recurso a ser explorado social e economicamente precisa ser difundida pelo grupo que domina a gerência do Estado, através da cooperação e da difusão de novas idéias, nas quais deve haver um redimensionamento do Estado quanto ao uso da natureza (BRESSAM, 1996:72).

Para controlar a natureza, o que é necessário? No âmbito físico, é preciso conhecê-la muito bem, estudar principalmente o clima(8), suas variáveis, analisando profundamente as mais problemáticas, com a finalidade de utilizar o saber técnico-científico existente no Estado e fora deste, objetivando ampliar os conhecimentos sobre a natureza, no Ceará.

Após ajustes nos projetos e montada uma infra-estrutura composta de novos equipamentos técnicos e de um corpo de funcionários mais capacitados, a Fundação Cearense de Meteorologia (FUNCEME) começa a fazer estudos que permitam conhecer melhor o clima no Ceará. Com base nos estudos técnicos, os governos do período de 1986 a 1998 sentiram-se mais seguros para propor mudanças nos programas no espaço rural. Surgem, daí, orientações mais precisas para o programa “Hora de Plantar”, que distribui sementes selecionadas(9), na tentativa de diminuir as perdas e aumentar a produtividade agrícola do Estado, para poder atender a população e as atividades avícolas e pecuárias.

No Ceará, o processo técnico-científico informacional possibilita maior controle da natureza, enquanto o cearense é induzido a acreditar que a “seca, estação do inferno” não o matará de fome, como acontecia anteriormente. Essa ação técnico-científica contribuirá para a formação da mentalidade nova, favorável à expansão mais rápida de capital constante no território e à difusão permanente de informações positivas que afugentam as imagens da “terra da fome” ou mesmo da “civilização da seca”.

Outro elemento fundamental a ser estudado na natureza, por esse processo de atuação técnico-científico informacional, é a hidrogeologia, pois água é alimento, é vida, é o “sangue da terra”, e a falta d’água é seca, e seca é sinônimo de fome. Por isso, deve haver maior controle da água, ou seja, é preciso racionalizá-la.

A partir de 1986, os governos procuram superar o discurso da natureza hostil segundo o qual os fenômenos naturais provêm, exclusivamente, da divindade. A concepção determinista de que a natureza tem poderes mágicos sobre o homem só fortalece o mito e o pensamento místico que reforçou o determinismo ambiental, mas é questionada e desmistificada pela ciência.

Desmistifica-se a concepção determinista e começam a se implantar técnicas para dominar as águas escassas.

Os especialistas em recursos hídricos e meteorológicos que trabalham para o Estado consideram a situação climática estadual favorável à construção de um laboratório natural para uso principalmente na irrigação. Macedo (1996:19), na leitura da situação hidroclimática do Ceará, afirma que *a lógica laboratorial possibilita proceder mudanças*, especialmente nos elementos a serem verificados mais

detalhadamente. Há necessidade de se ampliar as pesquisas no campo da hidroagricultura, para se saber com segurança quais são as novas atividades econômicas apropriadas ao desenvolvimento sustentável no Estado do Ceará. O laboratório natural é constituído pelo Território cearense, e as pesquisas é que irão mostrar qual é a técnica economicamente viável. Este laboratório natural compreendendo o Território cearense objetiva a superação das adversidades climáticas e conseqüentemente dos “dramas” sociais.

As ações públicas implementadas pelo Estado para controle das águas referem-se, em especial, à construção de poços subterrâneos, pequenas, médias e grandes barragens, como é o caso do Castanhão, adutoras, transposição de bacias, com vistas a obter o domínio das secas e o controle racional das águas no Ceará. Essas ações contribuem para romper com práticas políticas passadas, mas ainda com poucos efeitos sobre o aspecto social, principalmente da população pobre, que não conseguiu libertar-se das mazelas estruturais dominantes no Território cearense. As águas localizam-se em propriedades particulares ou do Estado, mas seu uso coletivo deve passar para o controle da população.

O processo técnico-científico informacional, cada vez mais eficiente, imposto à natureza cearense, transforma-a em *um objeto de livre manipulação a serviço da produção utilitarista de riqueza*” (SANTOS, 1994:16-17) cuja territorialização se dá no tempo e no espaço, conforme os pressupostos do desenvolvimento do poder científico e tecnológico, promovendo o novo arranjo espacial no Estado, tanto na paisagem quanto nas relações de poder econômico e político. Neste sentido, o vetor água é muito forte por tentar mudar as estruturas de poder local, redefinindo os espaços e ampliando o potencial de uso. A natureza está sendo colocada como possibilidade para que os capitais e as sociedades a utilizem de acordo com as necessidades emergentes.

As águas cearenses continuam sob o comando dos proprietários de terra e do Estado, enquanto o governo, através da Lei de Águas e dos Decretos 23.067 e 23.068, procura excluir os poderes dos fazendeiros. Para tratar do rompimento com esse poder local foi instituída a Câmara de Conflitos, pela Secretaria dos Recursos Hídricos, objetivando organizar câmaras de outorga e de licença para gerenciar as águas. Embora lento, este processo deve ser executado sob o rigor das leis, porque o latifúndio é forte, poderoso mas a água é necessidade alimentar. Ambos são elementos da natureza que fortalecem quem os possui.

O Estado tem ampliado os mecanismos políticos e técnico-científicos propiciadores da gestão da natureza de forma sistêmica, com vistas a organizá-la racionalmente para uso mais socializado, de tal forma que seja planejada para atender às demandas sociais. Essa nova forma de gerenciar as águas e fazer o manejo integrado das bacias hidrográficas e demais águas do Ceará assenta-se no Plano Nacional de Microbacias Hidrográficas, criado em 1987, quando o governo do Ceará, percebendo a urgência de resolver o problema da seca e da fome no Estado, começou a projetar e executar obras.

A lógica estratégica e política de controle do território segue a lógica comunitária e de ordenamento planetário, que busca a superação do conceito de propriedade, questionando até divisões e fronteiras territoriais. O controle público desse processo deve ser via Estado, em parceria com organizações comunitárias optantes por sistemas cooperativos, condomínios rurais, associações urbanas e outros. (BRESSAN, 1996:96). Todavia, mesmo com a força dos movimentos sociais e ambientalistas, tanto mundial quanto local, em prol da alimentação dos famintos, não se conseguiu dar o tom político desejado às questões sociais, em decorrência, repito, das rugosidades espaciais existentes no Ceará.

O fato de os governos pós-1986 criarem esses mecanismos legais desencadeou uma disputa institucional pelo controle das águas no Ceará, enquanto o governo estadual reivindicava para si o domínio dos projetos de irrigação sob a responsabilidade do DNOCS. Nas comunidades, inicia-se a luta para garantir o direito de uso social das águas através das associações de irrigantes e outras entidades, alterando, lenta e sistematicamente, as relações de poder político, e mudando o uso das águas no Território cearense, cujo controle encontra-se sob responsabilidade do governo do Estado em parceria com o governo federal - DNOCS - e associações comunitárias.

Diante da nova estratégia de dominação no Ceará via vetor águas, existe o fortalecimento do setor agroexportador, através da irrigação de fruteiras tropicais, proporcionando maior estímulo neste setor,

mesmo nos assentamentos rurais. É importante salientar que as águas também entram no circuito de produção de peixes, camarão, algodão, pastagens, pecuária, milho, feijão e arroz, e os produtos estão sendo produzidos por cooperados e trabalhadores autônomos. Tem havido crescimento bastante acentuado do setor pesqueiro nos açudes, interioranos, principalmente porque o governo está fornecendo alevinos para os açudes vendendo-os para os empresários que desejarem entrar neste ramo de negócio. Tal procedimento vem favorecendo as famílias carentes e de baixa renda que moram nos lugares próximos aos açudes.

Diante da situação de seca no ano de 1993, a CNBB e a Comissão Regional da Pastoral da Seca fizeram pesquisa para conhecer a situação dos açudes construídos com recursos públicos. Foram pesquisados 101 açudes, dos quais 42 públicos e 59 construídos em parceria com o Estado.

A pesquisa acaba por identificar que em 10,26% dos açudes públicos existem cercas impedindo o livre acesso da população em geral (CNBB/CPS, 1993:11). Além deste dado, evidenciou-se que nos açudes em cooperação 6,25% proíbem o acesso, ou seja, o proprietário impede a população de usar a água e pescar.

Os dados revelam que, a despeito das novas leis em vigor, ainda há por parte do poder local forte ranço, dificultando a democratização do uso dos recursos hídricos. Entretanto, mesmo com rugosidades políticas, estamos assistindo, no Ceará, a um processo novo quanto à divisão territorial do trabalho, como escreve Milton Santos, referindo-se a novos espaços geográficos:

As especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são as raízes das complementaridades regionais. Há uma nova geografia regional que se desenha na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe (SANTOS, 1994:143).

Para Renato Ortiz:

A característica da modernidade é a mobilidade - da força de trabalho, dos indivíduos, das informações, das mercadorias - o que nos exige repensar a metáfora da raiz, freqüente no debate sobre as identidades culturais. Toda raiz requer um solo para se fixar. Ela é o contrário da fluidez. O enraizamento é fruto da existência de uma cultura cujo território encontra-se cartografado. No mundo contemporâneo, este postulado não é mais satisfatório (1996:45 -65).

Percebemos duas visões diferentes; devemos ressaltar, no entanto, o quadro geopolítico no Ceará, pois as administrações emergentes estão lutando para fortalecer as estruturas econômicas do Estado. Além deste aspecto, o processo de tecnificação e cientificação, associado às novas concepções políticas e culturais, está criando raízes.

Verificamos, porém, no espaço cearense, um aumento da composição orgânica do capital constante e variável, pois as novas formas de expansão capitalista ora ocorridas no Ceará utilizam a ciência e a tecnologia para produzir espaços, tanto no aspecto econômico quanto no político e no sociocultural. É seguindo esses critérios que a natureza está sendo explorada e dominada no Estado. No entanto, o Ceará é pobre e depende de parceiros nacionais e internacionais. Por isto recorre a recursos externos, principalmente do Banco Mundial, BID, FAO, UNICEF. Para emprestar, os credores exigem dos governantes ética e responsabilidade, competência e capacidade de relacionar a sociedade e a natureza, de forma que o ambiente se torne um patrimônio social; não mais um território onde predomina a injustiça ambiental e social, mas um território privado que seja um espaço societário. A lógica desse território em construção “pressupõe relações transparentes com a sociedade, ou seja, relações de conteúdos essencialmente democráticos” (BRESSAN, 1996:80), todavia no Ceará isto não tem acontecido.

A Desertificação Aumenta a Fome

Na busca por novas estratégias de ação, o governo procura conhecer melhor a degradação ambiental do seu espaço territorialmente ocupado e confirma, através de levantamento de imagens de satélites, a existência de um acelerado processo de desertificação, tendo mais de 10% do território afetados. Cabe salientar que parte das informações já existia, mas não com tanta precisão científica e quantitativa. O fato, constatado pela FUNCEME, via imagens de satélite, forçou o governo estadual a articular um encontro internacional sobre “Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em Regiões Semi-Áridas”, objetivando concentrar informações atualizadas sobre o clima e a semi-aridez. Essas iniciativas governamentais contribuem para a montagem de novas estratégias de dominação da natureza, porque os espaços perdidos pela desertificação significam uso inadequado, redução de população no campo e de solos para trabalhar, ou seja, menos terra, menos população no campo, menos produção, mais fome.

O Granito e as Argilas

O governo tem estimulado o empresariado local e nacional a explorar o granito, rocha abundante no Ceará, pois cerca de 75% dos 148.000km² da área do Estado estão assentados sobre rocha cristalina, o que significa grande quantidade de granito em disponibilidade para ser explorado. Aproximadamente quarenta empresas já foram constituídas no setor desde 1990. (REBOUÇAS et alii, 1995:58). Dessa forma, nasce o Pólo Graniteiro do Ceará. A natureza oferece alternativas de geração de renda. Além do granito, há a produção de tijolos e telhas, num trabalho artesanal e industrial moderno, desenvolvido nos vales ricos em argila, para atender à demanda principalmente urbana e gerar emprego tanto no campo quanto na cidade.

O sol

O Estado estimula-se, ao mesmo tempo, veementemente, a lógica da qualidade ambiental do uso sustentável dos ventos, das marés, das areias e do sol, via gerenciamento costeiro, cuja realização exige técnica de manejo e controle. São áreas nas quais estudos estão sendo aprofundados objetivando ampliar as formas de lazer, produção e comercialização (BREISSAN, 1996:90-93).

Tais ações ecológicas ora implantadas fazem parte do processo de industrialização do espaço, com vistas ao domínio sobre a natureza e maior controle social. Para melhor domar essa natureza e as resistências culturais, o sol:

... antes considerado um adversário, agora é aliado, mais que isso, é um parceiro que cuida da baixa umidade e assegura a constância da fotossíntese para o advento da agroindústria tropical, fornecendo calor para as energias alternativas, brilho ideal para lentes e câmaras e reserva inesgotável para o turismo permanente (REBOUÇAS et alii, 1994:01).

Dentro das estratégias de construir outro território, com novas territorialidades, os técnicos cearenses buscam as fontes de energia abertas, ou seja, energias alternativas, conforme ocorre mundialmente desde 1975. No mundo cresce o movimento contra as fontes de energia nucleares. Sabedor das potencialidades do Ceará quanto à energia solar e eólica, o governo estadual, em 1990, através da COELCE, buscou o auxílio da GTZ (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica), entidade financiadora da construção de placas de captação e armazenamento de energia solar.

O vento

O vento, está sendo pesquisado e explorado pelo Estado. Em 1995, foi implantado o parque eólico de 1,2MW, experimentalmente, na área da Praia do Mucuripe, em Fortaleza.

“Segundo estudo da COELCE feito em 1990, o potencial eólico explorável chega a 33.000GWh/ano, suficiente para suprir oito vezes a energia atualmente consumida no Ceará. Pelo estudo, 40% do litoral pode ser aproveitável.” (JÚNIOR, 1998:3).

Além da usina implantada no Mucuripe serão instalados o Parque Eólico da Taíba e da Prainha, o do Porto do Pecém, o de Paracuru e o de Camocim. O total de energia a ser produzida deverá atingir 80,4MW e beneficiará uma população de 90 mil pessoas. A tecnologia é basicamente alemã e nacional.

Energia significa vida; portanto, é uma forma de controlar a natureza e o cidadão. Através da energia os governos mantêm a sociedade formalmente presa a seus mandos (TURRINI, 1993:126-9), conseguem produzir novos territórios ou fazer arranjos nos já existentes, portanto, a dominação da natureza deve ser tratada com racionalidade, para que a economia de mercado vigente no globo não transforme o Território cearense em mero espaço de exploração pelo capital e tecnologia, tornando-o território cada vez mais desigual.

Conforme constatamos, vários elementos da natureza estão sendo utilizados ou reutilizados estrategicamente pelo Estado, em parceria com a iniciativa privada, comunidades organizadas e ONGs, porque dão retorno econômico, gerando postos de trabalho, principalmente na fase de implantação. São iniciativas produtivas novas ou replanejadas, como é o caso das águas, que trazem benefícios sociais, embora não resolvam a pobreza e a fome existentes no Estado. O processo político e técnico-científico que quantifica e qualifica a natureza cearense vem sendo utilizado para exploração econômica, ampliando assim a dominação sob a sociedade e provocando concentração de riquezas nas mãos das elites locais, transformando em pobres outra parcela da sociedade. O próprio Instituto de Planejamento do Estado do Ceará, em seus diagnósticos, afirma:

As dificuldades de se conhecer as reais potencialidades e vocações dos diversos municípios e regiões do Estado geram obstáculos à otimização na relação de recursos, tanto por parte do governo, quanto pelo setor privado, contribuindo, desse modo, para intensificar o ‘natural’ processo de concentração da atividade econômica na capital estadual e municípios adjacentes em detrimento de outras áreas com grandes possibilidades de aproveitamento econômico (IPLANCE, 1987:11).

O reconhecimento por parte do Estado é fundamental para compreendermos que o subsistema natureza, sozinho, não é o centro do problema da pobreza e da fome no Ceará.

Reflexões finais

O tema desenvolvido neste artigo buscou compreender a seca e a fome no contexto da globalização, da reestruturação produtiva do capital e das novas relações de trabalho considerando a perspectiva das políticas públicas adotadas pelo Estado para atender às necessidades básicas da sociedade e, em especial, da população faminta cearense.

Na realidade, o Ceará está vivendo um processo de tecnificação e cientificação, tanto do Estado como da política. O espaço cearense passa a ser cada vez mais racionalizado com relações que vão além dos pensamentos materiais. São relações consideradas culturais e ideológicas, porém, de sentido classista, mas apenas de simbolismo, objetivando sustentar e garantir um processo de mudança nas estruturas da dominação em exercício no Estado.

O modelo teórico em construção no Ceará usa as palavras como forma de intervenção. A fala e o discurso entram como instrumentos técnicos utilizados pelo governo para regular e fazer o controle social.

A sociedade cearense já está reproduzindo os mecanismos estratégicos da nova visão social e polí-

tica que reconstrói este território. Diante da nova forma de representação social e política, percebe-se o surgimento de um novo poder oligárquico, porque não há resistências capazes de apresentar alternativas ao capitalismo que vem se fortalecendo no Ceará. Existe no Estado uma hegemonia política competente para garantir, via convencimento publicitário, pela mídia, que seca, pobreza e fome são palavras a serem excluídas dos livros, dos jornais, das peças publicitárias e da mente da população. As novas palavras devem ser: competitividade, produtividade, eficiência, qualidade, beleza, saúde e educação profissionalizante. Os símbolos, os ícones e as imagens devem mudar. Essa desconstrução da seca não conseguiu romper em 15 anos os 397 anos de construção da ideologia da seca nordestina e cearense.

Para mudar as relações no Ceará, o governo redividiu o Estado em vinte regiões administrativas, iniciando com o estabelecimento dessa geopolítica, o reordenamento do território com políticas públicas, objetivando unificar organicamente as ações no interior das novas unidades. Todas as regiões são avaliadas, diagnosticadas e pressionadas para que as ações do Estado tenham coesão interna em cada uma das unidades. Com a coesão, os governos tentam estabelecer nos territórios em construção ações permanentes e consistentes para possibilitar ao Estado alargar sua capacidade técnico-científica. Fortalecidas as unidades, com novos vetores produtivos, com capacitação profissional, com novas matérias-primas, com a ampliação da infra-estrutura de energia, saúde, educação e água, o Estado muda sua feição. No entanto, esta organicidade no campo político, econômico e cultural não foi suficiente para alterar o quadro social de pobreza e fome que continua a existir no Ceará.

NOTAS

(1) Denominamos o grupo de “emergente” por ser este, na realidade, o que começa a planejar e difundir o processo de renovação e reconstrução do Estado, conforme parâmetros da conjuntura global. O Estado em si não poderia ser emergentes, é que o Território cearense começa a despontar como um novo território, um território emergente, dentro da perspectiva do reordenamento do capital.

(2) O PMDB, coligação que elegeu o governador, conquista parcela dos poderes municipais, obtém vitória e passa a mandar no Estado. O grupo emergente integrante do PMDB sai do partido e muda e migra para o PSDB. É então o PSDB que passa a dominar politicamente o Estado, embora a capital permaneça sob o comando do PMDB.

(3) Ver COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci, fontes do pensamento político*. Porto Alegre: LEPM Editores, 1981.p.197/198. O conceito de hegemonia está associado ao poder do grupo emergente de buscar o domínio espacial, tanto na política como na direção, gerência dos processos históricos que estão construindo no Estado do Ceará. GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.p.11.

(4) Para melhor entender o processo de gestão da qualidade, recomendamos: LITTMAN, Ian D. & CARR, David K. *Excelência nos Serviços Públicos*. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 1992.

(5) O sentido aqui colocado como uma perspectiva aberta a construção de alternativas, movimentadas via processos que possibilitem ao homem cearense transcender esta realidade, definida historicamente como algo intransponível. A outra identidade que se tenta construir tem novo princípio: deve-se produzir outras imagens e símbolos, que signifiquem valores culturais e econômicos.

(6) O neoliberalismo objetiva mostrar que nos anos 70, o capitalismo organizado do pós-guerra mundial não responde às necessidades econômicas do sistema capitalista de produção. A visão teórica de antes é que as crises poderiam ser medidas pela intervenção, no entanto, os neoliberais interpretam a crise atual como resultado da intervenção estatal na economia. Nesta década de 90 está mais evidente para os neoliberais que o mercado em si é a grande instituição que resolverá os problemas do sistema capitalista de produção. Entretanto, esta nova perspectiva de organizar o capitalismo via mercado, em forma de processo regulativo, vem provocando a reconcentração de capital no beneficiamento e formação dos blocos econômicos. Vem ampliando a distância entre ricos e pobres, como afirma OLIVEIRA (1995:79), *a Fome percorre o mundo reduz milhões de pessoas ao estado de miséria, em convivência com o mais estupendo progresso tecnológico de efeitos ainda imprevisíveis na vida humana, mas também a organização do processo econômico em nível mundial, combinando sistemas avançados e atrasados sob o comando do capital mundial*.

(7) Para mais esclarecimentos sobre a Administração Popular, ver *Ideologias dominadas: contra-senso ou alternativas históricas à dominação*. CHAVES. Tese defendida na UFPE, Recife, 1989..

(8) O clima não será mais aquele que produz a seca verde, seca intermitente, sazonal e periódica. O clima é visto como recurso: pluviosidade – chuva, água; temperatura, calor – energia; vento, ar – energia; recursos que estão sendo explorados no Estado por empresas estrangeiras e nacionais em parceria com o governo estadual.

(9) Ver Relatório do SEARA de 1988, sobre produção aquisição e distribuição de sementes selecionadas (mimeografado), programa cujo objetivo é criar no Estado condições de produzir sementes geneticamente confiáveis para evitar perdas na produção agrícola.

Bibliografia

- AGUIAR, Pinto de. *Nordeste e o drama das secas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BRESSAN, Delmar. *Gestão racional da natureza*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CAPRA, Fritjof. *Teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CHAVES, Helena. *Ideologias dominadas: contra-senso ou alternativas históricas à dominação*. 1989. Dissertação (mestrado) - UFPE, Recife.
- CNBB/CPS. *Pesquisa sobre os açudes no Ceará*. Fortaleza: CNBB, 1993.
- DEBRAY, Régis. *O Estado sedutor – As revoluções midiáticas do poder*. Petrópolis: Vozes, 1994.174p.
- DUQUE, José Guimarães. *O nordeste e as lavouras xerófilas*. Mossoró: ESAM, 1980.
- IPLANCE. *Renda interna dos municípios cearenses, 1985, 1991-95*. Fortaleza: 1997.
- JÚNIOR, Janary. “Wobben vai produzir energia eólica no Ceará”. *Gazeta Mercantil – Ceará*, Fortaleza-CE, 9 dez/1998.
- MACEDO, Hypérides Pereira de. *A chuva e o chão na terra do sol*. São Paulo: Maltese, 1996.
- MAMEDE, Maria Amélia B. *A construção do nordeste pela mídia*. Fortaleza: IOCE, 1996.
- MOTA, Aroldo. *História política do Ceará – 1987 – 91*. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.
- OLIVEIRA, Manfredo A. de. *Ética e economia*. São Paulo: Ática, 1995. 103p.
- REBOUÇAS, Osmundo et al. *Gestão compartilhada: o pacto do Ceará*. Rio de Janeiro. Qualitymark Editora, 1994. 184p.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio Técnico-científico-informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994. 192p.
- SILVA, José Frederico Thomé de Saboia e. *O CIC e o desenvolvimento do Ceará*. In: *Visões do desenvolvimento: o pensamento empresarial do Ceará*. Fortaleza: Editora Fundação Demócrito Rocha, 1994. p.81-88.
- TEIXEIRA, F.J. Soares. CIC a “razão esclarecida” da FIEC. *Propostas Alternativas*, Fortaleza, nº4. 24p. 1995.
- TURRINI, Enrico. *O caminho do sol: o uso da energia solar*. Petrópolis: Vozes, 1993.242p

